



Revista Brasileira de Direito Público - RBDP Belo Horizonte, ano 13, n. 50, jul./set. 2015

Doutrina

Artigos

- ◆ Ordem constitucional econômica, liberdade e transporte individual de passageiros: O “caso Uber”
Daniel Sarmento
- ◆ Concessão de serviço de televisão por radiodifusão, liberdade de expressão e produção de conteúdos por terceiros ou em regime de coprodução
Clèmerson Merlin Clève, Ericson Meister Scorsim
- ◆ Protesto de duplicata contra o poder público
Carlos Ari Sundfeld, Vera Monteiro, Rodrigo Pagani de Souza
- ◆ O terceiro setor na implantação de políticas públicas e parcerias na área da saúde: perspectiva do Direito
Diogo de Figueiredo Moreira Neto
- ◆ O novo marco regulatório do Terceiro Setor e a disciplina das parcerias entre Organizações da Sociedade Civil e o Poder Público
Leonardo Coelho Ribeiro
- ◆ Organizações Sociais Interfederativas: um novo fenômeno?
Luiz Arnaldo Pereira da Cunha Junior, Glauco da Costa Knopp, Dulcilene Claudia Xavier, Eurípedes Aureliano Júnior
- ◆ Notas sobre o uso da arbitragem pela Administração Pública
Alberto Shinji Higa
- ◆ A tipicidade dos efeitos jurídicos dos atos concessivos de aposentadoria, reforma e pensão
André Gonzalez Cruz
- ◆ Novo pacote de infraestrutura do Governo Dilma: 15 erros que precisam ser corrigidos
Mauricio Portugal Ribeiro
- ◆ Crise energética brasileira e administração. Gestão da escassez e busca da sustentabilidade social e ambiental
Camila Silva de Amorim

Jurisprudência Seleccionada

Acórdão na Íntegra

◆ Supremo Tribunal Federal

Constitucional – Processual Civil – Sentença afirmando direito à diferença de percentual remuneratório, inclusive para o futuro – Relação jurídica de trato continuado – Eficácia temporal – Cláusula rebus sic stantibus – Superveniente incorporação definitiva nos vencimentos por força de dissídio coletivo – Exaurimento da eficácia da sentença a partir da incorporação

◆ Supremo Tribunal Federal

Direito Administrativo – Vantagem reconhecida por decisão judicial com trânsito em julgado – TCU – Entendimento adotado no Acórdão nº 2.161/2005 – Incorporação das rubricas referentes às sentenças judiciais devem ser absolvidas por reajustes ou reestruturações posteriormente concedidas aos servidores – Precedentes do STF – Possível perda de eficácia da sentença a partir da superveniente incorporação definitiva do percentual de acréscimo remuneratório

◆ Supremo Tribunal Federal

ADI – Lei nº 11.288/99 do Estado de Santa Catarina – Estabelecimento de condições e critérios a serem observados para o exercício de cargos de direção da administração indireta do Estado – Necessidade de prévia aprovação da Assembleia Legislativa – Inconstitucionalidade apenas em relação às empresas públicas e às sociedades de economia mista – Artigo 173, §1º, CF/88 – Fornecimento de informações protegidas por sigilo fiscal como condição para a aprovação prévia pelo Poder Legislativo – Mecanismo de fiscalização permanente após a exoneração dos ocupantes dos referidos cargos – Violação do princípio da separação dos Poderes